

**“PRENDAM, MATAM E COMAM OS TRAVESTIS”:**

**A IMPRENSA BRASILEIRA E SEU PAPEL NA  
EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO LGBT (1978-1981).**

**Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso**

Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Curso de Turismo do Campus de Aquidauana da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.  
e-mail: vmariusso@hotmail.com

MARFUSO, Victor Hugo da Silva Gomes. "Prendam, matam e comam os travestis": a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população lgbt (1978-1981). *albuquerque* – revista de história. vol. 7. n. 13. jan.-jun./2015. p. 44-61.

**Resumo:** Pretendemos analisar por meio do jornal *Lampião da Esquina* - periódico lançado em abril de 1978 e que circulou até meados de 1981 - qual o tratamento dado a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), por parte da grande imprensa e da imprensa alternativa daquele período. Queremos com isso, compreender a partir de algumas reportagens, como a imprensa brasileira acaba por ser mais um lugar de fala que constrói práticas de exclusão. Pensar o papel social que tal estrutura da sociedade cumpre, é refletir sobre as diversas formas de exclusão que sofrem os sujeitos que se comportam fora da sexualidade construída como hegemônica. Além disso, torna-se possível observar a importância do *Lampião da Esquina* não só como jornal alternativo, mas como ferramenta política que contribuiu para a visibilidade de tais questões em um período marcado por um regime militar e por mudanças nas formas de atuações dos grupos tidos ali como "minoritários".

**Palavras-chave:** Homossexualidades; Violência; *O Lampião da Esquina*.

**Abstract:** We intend to analyze, through the *Lampião da Esquina* newspaper - a periodical published in April 1978 that circulated until mid-1981 - about how was the treatment of the LGBT population (Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transsexual and Transgender) by the alternative press of that period. We want to understand from some reports, how the Brazilian press turns out to be one more place of speech that builds practices of exclusion. To Think on the social role that such a structure of society fulfills, is to reflect on the many forms Of exclusion that suffer the people who behave against the sexuality constructed as hegemonic. In addition, it becomes possible to observe the importance of *Lampião da Esquina* not only as an alternative newspaper but as a political tool that contributed to the visibility of such issues in a period marked by a military regime and by changes in the way of acting of the groups that was said as "minority".

**Key-words:** Homosexuality; Violence; *O Lampião da Esquina*.

## De Lampião e de Esquina...

m abril de 1978, surgiu no Brasil o número zero do jornal Lampião, nome usado nessa edição, passando depois a ser Lampião da Esquina. O nome estaria ligado, segundo seus criadores, LAMPIÃO: à luz que “ilumina” os becos escuros onde se encontram as “minorias”; e ESQUINA, o nome da editora que publicava o periódico; e numa forma irônica de interrogar a figura do “machão”, representada no caso pelo Lampião, cangaceiro do sertão brasileiro do início do século XX. O jornal significaria uma ruptura segundo João Silvério Trevisan, um de seus fundadores. Tratando de temas considerados “secundários”, como: sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismos – e ainda, usando a mesma linguagem dos espaços de sociabilidade homossexual.<sup>1</sup>

A vontade para que o periódico surgisse partiu de onze intelectuais brasileiros (exceto Peter Fry que era da Inglaterra, mas vivia no Brasil), após uma reunião na tentativa de organizar uma antologia de literatura homossexual latino-americana. A antologia não saiu, mas nasceu a ideia de um jornal feito por e para homossexuais a circular em território nacional. O encontro aconteceu no apartamento do artista plástico Darcy Penteado em novembro de 1977, onde decidiram montar o periódico. Quem eram essas pessoas? Elas seriam apresentadas no editorial do número zero sobre o título de *Senhores do Conselho*, eram eles: Adão Acosta, Aguinaldo Silva que ocupava o cargo de chefe de edição, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Antônio Chrysóstomo, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry. Colaboraram com o jornal pessoas como: José Fernando Bastos, Roberto Piva, Glauco

---

<sup>1</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 339.

Mattoso, Luiz Carlos Lacerda, João Carlos Rodrigues, Edward MacRae, James Naylor Green, Antônio Carlos Moreira, Dolores Rodrigues, Alexandre Ribondi, Luiz Mott, entre outros.

É por meio do processo de produção da publicação que percebermos o grupo que mantém o periódico se constituindo enquanto agente “ativo” e ao mesmo tempo os aliados e os adversários. Com essa compreensão torna pertinente perguntar “*quem fala e com que credenciais, em defesa de que projetos e com quais alianças*”<sup>2</sup>. Permite também refletir sobre a configuração interna de poder do periódico assim como as relações de hierarquia.<sup>3</sup>

O jornal apareceu com sete seções: *Opinião*, que era o equivalente ao editorial, *Ensaio*, *Esquina*, seção com artigos e notas variadas, *Reportagem*, *Literatura*, *Tendência*, seção cultural que se divide em *Livro*, *Exposição Peça*, etc., e *Cartas na mesa*, que publicavam as cartas enviadas pelos leitores do jornal<sup>4</sup>. A partir do número cinco surge uma seção chamada *Bixórdia*, e posteriormente a *Troca-troca*, que se tratava da troca de cartas entre os leitores a fim de se conhecerem. Outras seções apareciam esporadicamente como: *Ativismo*, *Festim*, *Violência* e *Verão*. O periódico não abordava apenas temas relacionados às homossexualidades, mas propunha-se também à abordagem sobre temas, como a discriminação racial, machismo, corpo, desejo, entre outros.

Devido ao fato de ter sido fundado por intelectuais de classe média, para alguns, *Lampião da Esquina* tinha o ar de *coluna burguesa*, direcionada apenas para as pessoas capazes de absorver suas informações. Se a escrita era demasiada complicada, ou os artigos e as discussões pudessem não trazer clareza para alguns, isso não apaga a função que o periódico assumiu e apresentou enquanto imprensa alternativa. Creio que o jornal não tinha a intenção de publicar e atingir apenas outros intelectuais, mesmo porque podemos observar nas suas matérias e na coluna *Cartas na mesa*, a presença de trabalhadores, prostitutas, *michês*, travestis, etc.

Além disso, observa-se que o jornal *Lampião da Esquina*, ao tratar as homossexualidades de forma não universalizante, e não só as relacionando com a

<sup>2</sup> CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007, p. 263. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso: 04/04/2013.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>4</sup> A respeito da análise da formação de uma memória homossexual por meio do *Lampião da Esquina* e da seção cartas na mesa ver: SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. ‘...E havia um lampião na esquina’ - Memórias, identidades e discurso homossexual no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980). Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

heterossexualidade, mas com várias estruturas da sociedade, contribui para romper com o binarismo de gênero, pautado na relação homem/mulher, heterossexual/homossexual. Constrói por meio de suas páginas a multiplicidade que as homossexualidades podem atingir, e não só, apresenta a diversidade da violência sobre essas variedades de desejos.

Após três anos e três meses de circulação chegaria às bancas em junho de 1981 a última edição do periódico. Com uma postura à margem em todos os sentidos, tanto no que tange à sexualidade quanto aos movimentos sociais, vários fatores contribuiriam para que chegasse ao seu final. Além do início da abertura que possibilitou que a grande imprensa passasse a publicar o que antes só a imprensa alternativa publicava, bem como a apropriação das homossexualidades como um produto a vender nas bancas, outros problemas internos também contribuíram.

### **“Em cima do salto”: as travestis**

Nos direcionaremos nessa primeira parte, ao tratamento dado as travestis por parte da imprensa da época, para percebermos que há em certos periódicos algo aparentemente inofensivo – como a zombaria, mas que também se configura como forma de violência, “inoculando representações com vistas à conservação do status quo, através da ridicularização de movimentos em prol de mudanças com relação aos papéis exercidos por mulheres e homens na sociedade”.<sup>5</sup> A forma como foram construídas historicamente, destinou travestis, lésbicas, homossexuais, transexuais, transgênero e tudo e todos aqueles que se comportam fora das regras e normas sobre o exercício da sexualidade (heteronormativa), a serem excluídos, e não só fisicamente, mas socialmente. Judith Butler nos ajuda a pensar a questão da produção dessa exclusão quando diz que:

O excluído é produzido no discurso: seu lugar é o silêncio que, em termos sociais muito concretos, realiza-se na injustiça de não poder existir. Essa diferenciação precisa ser analisada e desmontada. Somente aí é que algo como a liberdade de existir como se é entrará em cena. Não apenas porque existe muitas pessoas fora das classificações, mas porque é preciso desmontar as classificações para dar lugar à expressão

---

<sup>5</sup> SOIHET, Rachel. Forma de violência, relações de gênero e feminismo. *Revista Gênero*, Niterói, v. 2, n. 2, p. 7-26. 2002. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/452/327>>. Acesso: 27/05/2013.

singular contra todo um campo da experiência silenciada, e, assim, proibida de existir ou condenada à morte.<sup>6</sup>

Trazer a luz esse silêncio que exclui, foi uma das tentativas do *Lampião da Esquina*, bem como o nosso ao construir esse texto. Não trata de dar voz aos sujeitos violentados diariamente no Brasil, mas de construir e reconstruir histórias e memórias que não os apaguem. O período de surgimento do *Lampião* foi marcado por ser violento e controlado pelo Estado, que tinha como representantes os oficiais do Exército. Porém, é possível perceber algumas mudanças no decorrer daquele período. No tocante à questão homossexual, algumas novidades poderiam ser apreciadas, apesar dos aparelhos repressores, inclusive oficiais (um exemplo seria o inquérito contra *Lampião*, da Polícia Federal), estarem ali para garantir a hipocrisia vigente. Por muito tempo vigorou a atitude do pode ser e fazer, mas não pode falar.<sup>7</sup>

Isso fica claro, por exemplo, quando na série *Os Comunicadores*, da TV Tupi, a apresentadora Marisa Urban entrevista algumas travestis e seu programa é proibido de ir ao ar, enquanto aos sábados à tarde a TV Bolinha, da Rede Bandeirantes apresentava “travestis de todos os tipos, formatos e cores, com o atenuante de que os meninos cantam, dançam, pintam e bordam como se de fato fossem elas”<sup>8</sup>. Porém, mesmo neste veículo muito vigiado pela censura, há algumas exceções. Flávio Cavalcanti, em julho de 1979, mostrava a capa do *Lampião da Esquina* num programa que debatia os rumos da tomada de consciência dos homossexuais brasileiros. No mesmo período, em agosto O Globo publicava a entrevista do diretor Daniel Filho em que se anunciava que um dos capítulos da série *Malu Mulher* trataria da homossexualidade feminina.

O Repórter publicaria, em maio de 1979, uma matéria assinada por José Antônio Nonato, no qual pela primeira vez as travestis não foram apresentadas apenas como motivo de “curiosidade” machista. Em quatro páginas abertas inclusive para grandes fotos, O Repórter usou, segundo *Lampião da Esquina*, uma linguagem “escancarada que nenhum jornalista brasileiro sequer sonharia em usar há um ano atrás. Ainda que a abordagem e tratamento tenham sido superficiais [...] trazem a marca das tarefas cumpridas até o fundo, sem as cicatrizes tão nossas conhecidas da auto-censura”.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> Entrevista de Judith Butler. In: TIBURI, Marcia. Dossiê: Judith Butler. Feminismo como provocação. *Revista Cult*, n. 185, p. 20-43, 2013, p. 23.

<sup>7</sup> Cf. CHRYSÓSTOMO, Antônio. O céu está caindo? *Lampião da Esquina*, n. 15, agosto de 1979, p. 4.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*.

Mas nem toda a grande imprensa utilizou-se da visibilidade das novas discussões para algo não pejorativo. O jornal Estado de São Paulo publicava nos dias 28 e 29 de março duas reportagens em que, com a escusa de prestar serviços públicos e tendo como ponto de partida um crime cometido por travestis numa zona residencial de São Paulo, comentava a invasão destes nas ruas da Capital e alertava a população para “o perigo das travestis”. As reportagens revoltaram muitas pessoas, porque um jornal que sempre evitou referências às homossexualidades em suas páginas fazia-o então, mas de forma incitadora à violência, sensacionalista, como qualquer dos seus colegas da imprensa marrom.<sup>10</sup>

A matéria do Estado de São Paulo não propunha qualquer solução além da repressão policial às travestis. Um discurso e uma ação desse tipo é algo que se torna perigoso, uma vez que é preciso ter em mente que numa civilização como a nossa em que “os justiceiros voluntários estão sempre prontos a entrar em ação, à espera de um sinal apenas, em nome de um ideal qualquer, ou simplesmente à procura do prazer de uma aventura sádica, principalmente quando acobertadas e garantidas pelo sistema”<sup>11</sup>. Quantos homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros já não foram assassinados assim?

Essa imagem direcionada à anormalidade foi mantida e incentivada pela imprensa do período, que estava repleta de preconceito e machismo. As travestis, sujeitos que foram construídos e relacionados a algo nocivo para os padrões estabelecidos de homem e mulher, não deixaram de fazer parte desse ódio. Isso era perceptível ao olharmos para o Lampião da Esquina. “Limpador de esgoto, travesti de baby-doll, mendigo incômodo, bêbado chato, quem usar cadeira de rodas, tiver aspecto repugnante ou doença infecto-contagiosa, aconselha-se a ficar fora do metrô”. A recomendação era feita pelo Jornal do Brasil em sua edição de 8 de abril de 1979, que se baseava no Regulamento de Transporte, Tráfego e Segurança destinado ao usuário do metrô carioca e aprovado pelo Governador Chagas Freitas. A crítica do Lampião da Esquina àquela matéria era simples: tentava discutir os artigos mais rigorosos, para concluir, ao final que as “minorias” não cabiam no metrô.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> PENTEADO, Darcy. Um apelo da tradicional família Mesquita: prendam, matam e comam os travestis. *Lampião da Esquina*, n. 24, maio de 1980, p. 2.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>12</sup> SILVA, Aguinaldo. Todo mundo pro banheiro! *Lampião da Esquina*, n. 12, maio de 1979, p. 4. Queremos destacar que ao buscar essa edição no acervo digital do *JB*, a mesma é uma das poucas não disponíveis.

Outra imagem atrelada às travestis e aos homossexuais foi a figura do bandido, do assassino e também da vítima. A chamada imprensa marrom, sensacionalista, que trazia matérias sempre com pouca discussão e apoiada em um discurso do senso comum, hostil, conservador e apelativo foi responsável por ajudar a construir o pensamento de combate ao outro que se difere de mim. Em agosto de 1978, Glauco Mattoso apresentaria uma crítica ao jornal paulista Notícias Populares, dizendo para tomar cuidado com ele, porque caso espremesse era perigoso sair sangue, uma referência às matérias de assassinatos no jornal. Em oito dias, só no mês de julho de 1978, o Notícias Populares estampou manchetes de primeira página envolvendo homossexuais, das quais seis eram destaque principal da edição. Eram as seguintes: “Homossexuais sequestram 2 irmãos em SP” (dia 11); “Mãe acha que travestis mataram um dos filhos” (dia 12); “Homossexual é suspeito de ocultar um crime” (dia 13); “Escapei do inferno dos homossexuais” (dia 18); “Polícia caça homossexual sequestrador” (dia 20); “Dois casamentos de homossexuais revoltam o povo” (dia 21); “Mistério; homens que se casaram sumiram” (dia 21); “Lésbica matou Dulcinéia que lhe negou amor” (dia 31). O teor dos subtítulos e entretítulos são o mesmo também: “Máfia do Sexo age na Boca do Luxo da cidade”; “Corrupção e tóxicos na rota dos sequestradores”; “Drogado no cárcere privado”; “Ia ser vendido no Rio ou Bahia”; “200 quilos de maconha na rota dos mafiosos”; “Carlinhos teria sido vítima dos travestis” etc.<sup>13</sup> A tudo isso, alguém pode retrucar: – Ah, mas essa é a imprensa marrom!

Tá. Uma imprensa que, por definição, explora o sensacionalismo e, portanto, é distorção do começo ao fim. Uma imprensa que lesa o trágico aos limites do grotesco e, portanto, não pode ser levada a sério. Mas é como quem diz: pra que procurar uma ou outra distorção, onde tudo é distorcido? Pra que se preocupar com uma fonte sabidamente desacreditada? Pois aí que está o perigo: subestimar a importância de um veículo desse tipo.<sup>14</sup>

A sutileza com o qual tais matérias passam despercebidas, e principalmente, as práticas que tal discurso leva não pode ser deixada de lado, haja vista que violência não é só aquilo que fere o físico, mas que apaga o sujeito da sociedade, que lhe tira o direito ao seu corpo e a realização dos seus desejos. E a imprensa é sim construtora de pensamentos

<sup>13</sup> MATTOSO, Glauco. Não me espreme que eu sangro. *Lampião da Esquina*, n. 4, agosto de 1978, p. 5.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*.

que levam outros sujeitos a participarem como justiceiros, dessa “limpeza sexual” em prol dos costumes e valores morais da família tradicional brasileira.

Vejamos mais um exemplo da forma como LGBT’s eram tratados na imprensa. Com o título “Sapatão vira homem e bicha vai ser mulher”, o diário carioca *A Luta Democrática* estampava a edição de 11 de março. À primeira vista, tratava-se de mais uma brincadeira da “Turma da Xavasca”, como se autointitulava os integrantes desse jornal, mas na realidade a manchete referia-se à estranha aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei legalizando a ablação de órgãos genitais masculinos, em indivíduos comprovadamente transexuais, de autoria do deputado José de Castro Coimbra (PDS-SP)<sup>15</sup>. Assim, a construção histórica que cria criou o gênero atrelado ao “corpo biológico” como que se tatuado desde o nascimento do sujeito, transforma o transexual em aqueles que buscam tecnologia para modificar esse gênero tatuado. Ou como bem destaca Ricardo Pimentel Mélo:

Os corpos não contêm nenhum sexo e nenhuma performance definida, mas se constituem no modo como são vividos em uma potencialização política heterocentrada: medicalização, cirurgias, ornamentação, indústria pornográfica, tecnologias jurídicas e midiáticas, congressos científicos etc. Essas políticas mais que regular os corpos, os maquinizam. Corpo é gerenciamento biopolítico, gestão (calculada) sobre os fluxos da vida. Definiu-se que o corpo tem sexo e os usos diferenciados que se devem fazer dele.<sup>16</sup>

Assim, sobre essas construções que se pretende também lucrar financeiramente. Segundo o jurista Laércio Pelegrino, essa alteração da lei que iria permitir as operações de mudança de sexo era extremamente oportuna, pois atendia a uma realidade social vigente no Brasil. Lançaria então a defesa de cada indivíduo dispor de seu próprio corpo, da maneira que melhor lhe conviesse. Desde que fossem do sexo masculino, como explicita a lei. Algumas contradições apareciam aí em relação às travestis. Se por um lado pretendiam permitir a mudança de sexo a quem interessasse, por outro se mantinha a repressão àqueles que preferissem apenas caracterizar-se como os do sexo oposto, tal qual vieram ao mundo. Nesse suposto avanço jurídico, a tal realidade social era vista

<sup>15</sup> MOREIRA, Antônio Carlos. Como num conto de fada. *Lampião da Esquina*, n. 35, abril de 1981, p. 5.

<sup>16</sup> MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, Heteronormatividade e Performances Híbridas. *Revista Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 197-207. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/22.pdf>>. Acesso: 30/03/2013.

parcialmente, com as travestis ficando de fora. Aliás, quantas travestis não foram presas após a aprovação pela Câmara, do projeto?<sup>17</sup>

Estas atribuições ou interpelações alimentam aquele campo de discurso e poder que orquestra, delimita e sustenta aquilo que pode legitimamente ser descrito como “humano”. Nós vemos isto mais claramente nos exemplos daqueles seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados. É sua própria humanidade que se torna questionada. Na verdade, a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produção sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural.<sup>18</sup>

E as lésbicas? Vendem mais jornal? Com essa pergunta que Leila Miccolis iria indagar a imagem atribuída à lésbica na imprensa brasileira, citando como exemplo o jornal *O Repórter* que teria publicado sob um escandaloso título – “Lésbicas metem o pau (sic) na repressão” uma matéria de quatro páginas. O que não se calcula é que uma reportagem séria consiga ser, ao contrário, tão superficial e preconceituosa. Desde o início, a linha editorial se delineava; na página imediatamente anterior à matéria das lésbicas, havia a manchete: “Amor entre homens acaba tragicamente”. Ilustrando a cabeça esmigalhada da vítima; era a história de um presidiário que, fora da prisão, mata outro companheiro que com ele quis ter à força relações sexuais. As manchetes eram sempre sensacionalistas, resumindo o que havia de mais erótico em cada texto. Numa das entrevistas, por exemplo, uma mulher dizia que após a morte do marido soltou os bichos, mas que levou muita porrada. Manchete: “Fiscal de ônibus só soltou o bicho quando ficou viúva”. Havia muitas outras deturpações: “Favelada tá doida pra experimentar”. Ou: “É boa de cama ataca de tudo”<sup>19</sup>.

Sobre a matéria das lésbicas que “metiam o pau na repressão” a conclusão a que se chegava através da maior parte dos depoimentos recolhidos pela matéria era de que as lésbicas seriam vazias, fúteis e, sobretudo, alienadas. Pena que, ainda que se propusesse a ser sério e coerente, um jornal embarcasse nesse mesmo jogo repressor que

<sup>17</sup> MOREIRA, Antônio Carlos. Como num conto de fada. *Lampião da Esquina*, n. 35, abril de 1981, p. 5.

<sup>18</sup> BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’*. In: LOURO, Guacira. L. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 161.

<sup>19</sup> MICCOLIS, Leila. Lésbicas vendem mais jornal? *Lampião da Esquina*, n. 10, março de 1979, p. 2.

habitualmente condenava, enfocando as homossexualidades com sensacionalismo barato, alienando mais o público em vez de conscientizá-lo; tratando do assunto não como um fato real, e sim como uma caricatura deprimente<sup>20</sup>. Entender essas relações de gênero como fundadas em categorizações presentes em toda a ordem social, permite compreender não somente a posição das mulheres, em particular, mas também a relação entre sexualidade e poder.<sup>21</sup>

### “É pra descer o cacete”: a culpabilização dos homossexuais

A figura dos homossexuais atrelado ao assassino, ao mau caráter, ao ser perigoso, foi nos fins da ditadura militar e início da abertura política – como se pode observar por meio do Lampião da Esquina – reiterada pela imprensa no Brasil. A despenalização das homossexualidades (com a saída das práticas sexuais homoeróticas dos códigos penais em diversos países) e sua desmedicalização<sup>22</sup> foram conquistas importantes e significaram, sobretudo, uma tolerância, por parte da sociedade, em relação à liberdade dos homossexuais, desde que vivido e exercido exclusivamente no âmbito privado. “É como se a sociedade tolerasse essa prática afetivo-sexual, contanto que esta não colocasse em questão os pilares da ordem social vigente, e permanecesse à sombra do que se pretende a norma: a família nuclear e a heterossexualidade”.<sup>23</sup> Mas não podemos esquecer que, mesmo apresentado como uma resposta “às demandas que emanam dos grupos

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>21</sup> DOS ANJOS, Gabriele. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 274-305, jul/dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11.pdf>>. Acesso: 02/04/2013.

<sup>22</sup> No dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o *homossexualismo* da lista internacional de doenças. Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria publicou, em seu primeiro *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais*, que a homossexualidade era uma desordem, o que fez com que fosse estudada por cientista, que acabaram falhando por diversas vezes ao tentarem comprovar que a homossexualidade era, cientificamente, um distúrbio mental. Com a falta desta comprovação, a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da lista de transtornos mentais em 1973. Em 1975, a Associação Americana de Psicologia adotou a mesma posição e orientou os profissionais a não lidarem mais com este tipo de pensamento, evitando preconceito e estigmas falsos. Porém, a Organização Mundial de Saúde incluiu o *homossexualismo* na classificação internacional de doenças de 1977 (CID) como uma doença mental, mas, na revisão da lista de doenças, em 1990, a opção sexual foi retirada. O Brasil, por exemplo, por meio do Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade como doença ainda em 1985, antes mesmo da resolução da OMS. ARÁN, Márcia & CORRÊA, Marilena V. Sexualidade e Política na Cultura Contemporânea: o Reconhecimento do Social e Jurídico do Casal Homossexual. *Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 329-341, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n2/v14n2a08.pdf>>. Acesso: 03/03/2013>. Acesso: 04/03/2013.

<sup>23</sup> ARÁN, Márcia & CORRÊA, Marilena V. Sexualidade e Política na Cultura Contemporânea: o Reconhecimento do Social e Jurídico do Casal Homossexual. Op. cit.

minoritários, o reconhecimento jurídico das “minorias” não oferece compensação à estigmatização da diferença, à humilhação que constituem os obstáculos colocados à sua integração indiferenciada no estado”.<sup>24</sup>

Discutir as homossexualidades partindo do pensamento de que todos somos por natureza heterossexuais e homossexuais, significa tornar-se cúmplice “de um jogo de linguagem que mostrou-se violento, discriminador, preconceituoso e intolerante, pois levou-nos a crer que pessoas humanas como nós são ‘moralmente inferiores’ só pelo fato de sentirem atração por outras do mesmo sexo biológico”.<sup>25</sup>

“Nos jornais, um eterno suspeito: o homossexual” - era assim que a imprensa tratava as homossexualidades, quando não com pejo e chacota. Glauco Mattoso sobre esse título iria apresentar e criticar uma série de reportagens em torno de crimes praticados por homossexuais, apresentados no jornal paulista Notícias Populares. As matérias davam a entender que a polícia estaria sendo negligente quanto à perseguição dos criminosos. Isto é, ao denunciar o que seria uma omissão das autoridades, o jornal pretendia cobrar uma atitude (ou, no mínimo, uma posição), senão das próprias autoridades, do povo em geral. Como quem diz: já que a polícia não toma providencias!<sup>26</sup>

Havia ali dois tipos de acusação por parte do Notícias Populares: uma generalizada, que reveste o próprio termo homossexual em toda notícia veiculada por essa imprensa, como se estivesse implícita a aceção de “culpado” ou, pelo menos, “suspeito”. E outra, específica, reclamando a ação das autoridades, que não estaria sendo suficientemente repressiva. Perguntava-se Glauco Mattoso:

Se a imprensa marrom veicula uma mentalidade discriminatória, será que as autoridades não participam dessa ideologia? Por outras palavras, seria a polícia mais “severa” quando o homossexual é o acusado e mais “tolerante” quando se trata da vítima? Ou, ao contrario, ela faz vista grossa as queixas contra homossexuais, como insinua a reportagem.<sup>27</sup>

<sup>24</sup> KOUBI, Geneviève. Entre sentimentos e ressentimentos: as incertezas de um direito das minorias. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 529-554.

<sup>25</sup> COSTA, Jurandir Freire. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 121.

<sup>26</sup> MATTOSO, Glauco. Nos jornais, um eterno suspeito: o homossexual. **Lampião da Esquina**, n. 6, novembro de 1978, p. 7.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*.

As críticas à forma desse tratamento às homossexualidades não ficavam apenas no Notícias Populares. A Folha de São Paulo publicou uma matéria assinada por Ari Moraes, da reportagem policial, a propósito de homicídios em que a vítima era homossexual, e essa também foi criticada por parte do jornal. No artigo, segundo Mattoso, Ari expunha as alegações dos policiais dizendo que os assassinatos de homossexuais eram geralmente insolúveis, porque “tudo concorre para dificultar as investigações. Não só a vida das vítimas é irregular, contando em suas relações com dezenas de amigos preferem ficar no anonimato, como elas próprias, comumente sempre mantiveram segredo a respeito de seus hábitos”. Marginalizado, explicava o policial, “o homossexual esconde-se da opinião pública e vive uma vida onde tenta imitar o dia-a-dia do homem comum”<sup>28</sup>.

Percebe-se por meio do Lampião como a polícia (Estado) e a imprensa enxergavam os homossexuais, bem como a sociedade o imaginava. A construção da norma é tão forte que não é capaz de criar possibilidades de pensamentos/ações que não sejam aqueles postos, eliminando aquele que não se comporta dentro dessas normas.

A grande imprensa tinha sua versão sobre o que era violência, e insistia naquele tempo em divulgá-la. E o jornal Lampião da Esquina tinha a sua própria em um artigo assinado por quatro dos editores. Usavam a entrevista que fizeram com o Juiz Álvaro Mayrink, da 7ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, no qual concordava com a visão do Lampião sobre o tratamento dado às homossexualidades. Dizia o Juiz que o equívoco era: confundir aparato policial com segurança pública. E era pelo menos isso que os jornais da grande imprensa andavam pedindo para acabar com a “onda de assalto e violência que tomava conta do Rio”. Mas será que era só isso?<sup>29</sup>

Eu, ao que me consta, jamais vi o JB ou o Globo denunciando as violências cometidas durante o período mais duro da ditadura. E diante das torturas perpetradas nos porões da repressão, a violência que os oprimidos se veem na contingência de usar para salvar o pão de cada dia para consumir o que os meios de comunicação nos incentivam, é pinto. Sim, porque a violência é algo presente em nossa história, na vida brasileira. Ou não será violência a inflação de 113 por cento ou mais? Ou será violência os meios de transportes que obrigam os cidadãos a viajarem como gado? Ou não será violência a especulação com gêneros

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>29</sup> SILVA, Aguinaldo; PINHEIRO, Alceste; BITTENCOURT, Francisco & MOREIRA, Antônio Carlos. Mas a violência do sistema pode? *Lampião da Esquina*, n. 33, fevereiro de 1981, p. 7.

alimentícios, como ocorreu recentemente com o feijão preto? Ou não será violência jogar cadáveres coléricos no rio Paraguai para infeccionar a população de Assunção, como se fez durante a Guerra do Paraguai? Ou não será violência reprimir com sangue as revoltas populares do século XVIII e XIX?<sup>30</sup>

Em meio a tanto conservadorismo, podemos perceber também mudanças em relação ao tratamento dado às homossexualidades, mesmo que em lugares mais isolados e às vezes de forma lenta. Vejamos, por exemplo, o que iria publicar o *Jornal da Bahia* sobre a “Operação Pelourinho”, realizado pelo Grupo Gay da Bahia. A campanha era de assistência médico-social gratuita aos homossexuais. O Pelourinho era um lugar no qual prostitutas e outros perversos viviam completamente alheios ao folclore estilo Jorge Amado/Caribé. Vejam só o que escreveu o *Jornal da Bahia*:

“Durante o primeiro dia (da operação) aproximadamente 30 homossexuais foram examinados pelo médico, sendo que nenhum se queixou de doença venérea. Entretanto, para tirar dúvidas, lhes foram solicitados exames para constatar a presença ou não de sífilis. Encontramos muita gente maltratada, com cortes profundos nos braços. Eles cortam os braços para que a polícia não os renda, e vocês podem não acreditar, mas muitos não quiseram tratar dos cortes. Somente por serem homossexuais, estão sendo presos de roldão nessas batidas da polícia”, afirma o médico.<sup>31</sup>

Acabou que a operação resultou numa mudança total de tratamento do jornal em relação aos homossexuais marginalizados, geralmente apresentados em suas páginas como delinquentes. Procedeu, também, a uma sutil mudança na cabeça dos homossexuais menos privilegiados e daqueles que tiveram acesso à informação não pejorativa por meio do jornal. Mas nem toda imprensa mudou.

Assim, por exemplo, a grande imprensa começava a veicular conceitos antes considerados tabus. A *Folha de São Paulo*, até 1978, substituía a palavra lésbica por feminista. Em 1979, noticiou até mesmo o encontro de homossexuais na USP. “Vários temas deixaram de ser inofensivos entrando no processo de recuperação que o sistema utiliza para neutralizar potencialidades daninhas”. Era o caso, segundo João Silvério Trevisan, do conceito de machismo: “a imprensa já emprega até no noticiário mais

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>31</sup> SILVA, Aguinaldo. Bahia: os ativistas vão à luta. *Lampião da Esquina*, n. 34, março de 1981, p. 3.

comum. Quer dizer, ‘machismo’ no caso acabou se tornando um conceito vago diluído e incorporado ao dia-a-dia, significando um monte de coisas insignificantes e perdendo seu sentido visceral”.<sup>32</sup> Porém, o termo pode ter adentrado a casa dos brasileiros, mas o seu sentido não se perdeu.

Aos efeitos não aparentes da ditadura brasileira no meio homossexual, para a qual a homossexualidade não teria o mesmo peso que foi dado às ideologias políticas de esquerda. Essa tolerância aos homossexuais, contudo, era seletiva e tinha limites demarcados através das investidas policiais ou de leis que faziam cumprir os preceitos da moral e dos bons costumes. [...] A “abertura política”, ao permitir a volta dos exilados políticos, fez afluir a visão libertária como reflexo de um movimento mundial que acontece mais tarde no Brasil. Este clima propiciaria a eclosão pública de temas ainda não explorados no campo político, entre os quais o debate sobre a homossexualidade.<sup>33</sup>

Um marco no panorama cultural da segunda metade do século XX estava posto no Brasil naquele período, haja vista a conscientização das “minorias”.<sup>34</sup> Começavam a participar socialmente no sentido dos movimentos criados em torno de temas e causas de suas vivências. Todos os elementos minoritários que incomodavam a sociedade bem constituída, como os negros, mulheres, homossexuais, prostitutas, índios, presidiários, menores marginalizados etc., e a própria natureza, através da ecologia, estavam levantando bandeiras, conclamando seus direitos. A marginalização imposta (e ainda existente) começava, porém, a preocupar os próprios opressores, cujas estruturas não eram tão invulneráveis quanto eles imaginavam. E a “minoridade dominante” sabia disto, e

---

<sup>32</sup> TREVISAN, João Silvério. Quando o machismo fica no porão. *Lampião da Esquina*, n. 11, abril de 1979, p.11.

<sup>33</sup> Cf. James Naylor Green. In: SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo*. 1998. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 92.

<sup>34</sup> O conceito não trata de um grupo inferior numericamente, mas do sentido de desvantagens sociais se comparados com a grande parte da população majoritária, sendo objeto de preconceito e desigualdade de tal grupo dominante. Ou seja, não é em caráter numérico e sim a posição subordinada do grupo dentro da sociedade. Ou como destaca Edward MacRae: O termo “minoridade” é adotado por ser essa a prática costumeira no Brasil e por apontar para o fato de que suas lutas se voltam preferencialmente para a melhoria das condições de existência de segmentos específicos da sociedade, mais do que às da população como um todo. Além disso, a “minoridade” desses grupos seria um reflexo da discriminação sistemática que sofrem, o que lhes veda o acesso a um poder político-econômico mais compatível com seus números. MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 25.

reconhecia a sua importância e o seu perigo (para ele) e, neste sentido, estava bem mais conscientizada que as próprias e verdadeiras “minorias” discriminadas.<sup>35</sup>

Para isso utilizam-se da repressão como uma das maneiras de conter essas “minorias” enquanto possível. É preciso que se entendam como elementos culturais todas as manifestações “vivenciais dentro do grupo, não apenas as ‘obras culturais’, científicas, literárias, artísticas, etc., que usam esses elementos vivenciais ou fazem a análise deles. Assim, também é elemento cultural a maneira de usar uma roupa, de cozinhar um legume”.<sup>36</sup> Mas afinal, o que nos define?

Por que e como nos limitamos e somos limitados nas nossas possibilidades de ser, ou estar? Que construções imagéticas, que discursos, modelos, que normas são essas que nos interpelam na produção da nossa identidade? Como e por que somos assujeitados, gendrados, enquadrados em padrões que tentam decretar aquilo que somos e o que não somos? E por que quando não nos conformamos ou nos encaixamos nesses padrões, quando não aceitamos essas definições impostas a nós, somos excluídos, espezinhadados, apontados, vilipendiados?<sup>37</sup>

## As luzes se apagam?

Lampião da Esquina enquanto esteve ativo tentou expor onde, como e por que o outro foi (e ainda é) tratado como o diferente. Para além de uma subcultura<sup>38</sup>, o jornal é a representação de uma contracultura, machista, patriarcal, fálica, binária, etc. Depois de um começo auspicioso, com muitas vendas, o Lampião começou a sofrer um desgaste. Surgiram outras publicações voltadas para o público homossexual, como a revista Rose, por exemplo. Aproveitando a maior tolerância das autoridades, começaram a surgir

<sup>35</sup> PENTEADO, Darcy. Cultura Homossexual: já existe? *Lampião da Esquina*, n. 19, dezembro de 1979, p. 3.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>37</sup> VASCONCELOS, Talita Rafaela Araújo. “Da mulher para a mulher”: representações do feminino, a reiteração da norma e a denúncia dos “desvios” na revista *O Cruzeiro* (1940-1963). 2014. 73 f. Monografia (Curso de História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014, p. 9.

<sup>38</sup> Cf: NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansaraí, 2003. Define subcultura como uma ideologia articulada coerentemente num conjunto de significados, crenças e comportamentos; além de ser uma forma complexa de interação e organização social partilhada.

publicações dispostas a preencher suas páginas com fotos de nus masculinos. O nu no Lampião da Esquina, por exemplo, foi motivo para a dissensão de alguns editores.

Existiam, além disso, outros fatores de desagregação interna. Desde o início surgira uma rivalidade entre os conselheiros residentes em São Paulo e os do Rio de Janeiro. Originalmente planejara-se alternar as reuniões de pauta entre as duas cidades, mas isso logo se mostrou impossível e aos poucos o jornal ficou cada vez mais sob a responsabilidade e direção de Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt no Rio, fazendo com que o periódico ficasse quase exclusivamente voltado para os acontecimentos do gueto homossexual carioca. Não eram somente os paulistas que reclamavam. Como o jornal tinha uma distribuição nacional, leitores de outros estados frequentemente escreviam cartas criticando o espaço excessivo dado às matérias sobre o Rio.<sup>39</sup>

Para aumentar as dificuldades, o preço do papel começou a disparar e os custos de produção ameaçavam tornar o jornal inviável. As vendas caíram. Outras formas de manter o Lampião, por meio de venda de espaço para anúncios ou pela edição de livros também se frustraram. A orientação explicitamente homossexual afugentava anunciantes e criava resistências entre as grandes distribuidoras. Os últimos números do jornal começaram a refletir cada vez mais a convicção de Aguinaldo Silva de que não se “estava oferecendo o produto que o mercado queria e que o ativismo só apelava à minoria de uma minoria”.<sup>40</sup> Mesmo com o início de matérias em formato de dossiês com reportagens sobre temas como masturbação, prostituição, travestis, etc., o jornal não conseguiu aumentar suas vendas. Em junho de 1981 saiu seu último número.

Algumas outras publicações menores ainda sobreviveram. Aguinaldo Silva lançou a Homo-Pleigui, de duração efêmera. Aos poucos foram desaparecendo do mercado todas as revistas dirigidas ao público homossexual que publicavam notícias e artigos além de fotos de homens nus. Teria o Lampião da Esquina envelhecido enquanto durou? “Estariamos nós acomodados, a repetir infindavelmente os mesmos chavões, sem acompanhar o trem da história, atualmente correndo – ainda que em trilhos tortuosos – mais depressa que nós?”<sup>41</sup> Acreditamos que não.

Não podemos deixar de considerar o papel social político do Lampião da Esquina no momento em que se encontrava o Brasil em fins de ditadura militar, tanto nas questões que abrangiam a política partidária, quanto às questões voltadas para (homo)sexualidades

<sup>39</sup> Cf. MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: Op. cit.**, p. 91.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>41</sup> SILVA, Aguinaldo. Nós ainda estamos aqui. **Lampião da Esquina**, n.28, setembro de 1980, p. 2.

e a imprensa alternativa. Um jornal que se posiciona fora de qualquer partido, em busca de uma causa que não é nem maior nem menor, e que talvez nem seja uma causa, mas sim um direito que era para ser simples se não fosse o poder vigente, que mantém e reconstrói diariamente a imagem da antinorma e da norma, por consequência. A norma precisa do outro. O gesto que instaura a norma produz também um domínio de corpos excluídos e abjetos, “os quais servem de fronteira ou de limite de inteligibilidade. Assim diversas manifestações das sexualidades são, desta forma, consideradas ininteligíveis, irreconhecíveis e inviáveis.”<sup>42</sup> O Lampião surgiu para, além de dar visibilidade aos homossexuais e oprimidos, também mostrar que eles tinham voz e existência política e social.

A história do Lampião da Esquina, com seu início, cria e possibilita um olhar para a violência contra os homossexuais em um país como o Brasil, em um período marcado por um regime militar e por meio de representações da imprensa, da sociedade e do Estado, que contribuem não apenas para essa análise, mas para outras tantas. Mas pensar o seu fim, e o que deixou marcado ali naquelas páginas, não pode ser esquecido, pois passados trinta e três anos parece que ainda olhamos para aquela mesma sociedade opressora que vimos no Lampião da Esquina. Ou como disse Carmem Miranda, “cada gota de meu sangue será uma chama imortal à vossa consciência que manterá a vibração sagrada para a resistência”.

---

<sup>42</sup> ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan/jun. 2006, p. 52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n1/a04v9n1.pdf>>. Acesso: 17/04/2013.